

Relatório da administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No exercício de 2016 o Banco apresentou prejuízo de R\$ 16,5 milhões, decorrente basicamente de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 121,9 milhões sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 71,9 milhões.

Índice de Basileia

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada,

tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21,6%.

Gerenciamento de Risco

O Banco possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço: <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Agradecimentos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 27 de março de 2017.

A Diretoria.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Receitas da intermediação financeira	246.820	448.677	2.456.112
Operações de crédito	43.498	57.178	146.054
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	200.746	391.499	286.731
Resultado de operações de câmbio	2.576	-	1.496.985
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	526.342
Despesas de intermediação financeira	(277.824)	(470.984)	(2.300.174)
Operações de captação no mercado	(66.303)	(134.104)	(136.214)
Operações de empréstimos e repasses	(78.355)	1.246.147	(2.164.918)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(41.850)	(521.826)	-
Resultado operações de câmbio	-	(939.263)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91.316)	(121.938)	958
Resultado bruto da intermediação financeira	(31.004)	(22.307)	155.938
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.086)	(40.660)	(42.419)
Receitas de prestação de serviços	12.222	22.125	15.901
Despesas de pessoal	(36.466)	(56.668)	(41.740)
Outras despesas administrativas	(14.251)	(28.494)	(27.773)
Despesas tributárias	(6.145)	(10.377)	(11.845)
Outras receitas operacionais	20.646	37.799	28.212
Outras despesas operacionais	(3.092)	(5.895)	(5.174)
Resultado operacional	(58.090)	(63.817)	113.519
Resultado não operacional	-	33	3
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(58.090)	(63.784)	113.522
Imposto de renda e contribuição social	45.266	47.248	(40.218)
Imposto de renda	(6.184)	(8.511)	(12.348)
Contribuição social	(3.849)	(5.235)	(5.447)
Ativo fiscal diferido	55.299	60.994	(22.423)
Participação dos empregados nos lucros	-	-	(1.451)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício	(12.824)	(16.536)	71.853
Juros sobre capital próprio	(44.984)	(44.984)	(35.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	78.834	106.308	72.110
Lucro líquido do semestre/exercício	(12.824)	(16.536)	71.853
Depreciações e amortizações	342	722	638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	91.316	121.938	(958)
Outras reservas	-	184	577
Variação de ativos e passivos	1.611.796	2.452.875	339.058
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	431.079	(25.013)	(192.197)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras	(207.199)	(145.454)	(56.136)
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras	12.554	5.984	(4.219)
Redução (Aumento) em operações de crédito	110.410	260.475	(200.842)
Redução (Aumento) em outros créditos	(248.502)	763.868	(2.875.331)
Redução (Aumento) em outros valores e bens	(47)	28	(142)
Aumento (Redução) em depósitos	1.302.539	1.331.069	(312.156)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	4.801	72.536	(239)
(Redução) em recursos de aceite e emissão de títulos	-	-	(46.708)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos	(56.502)	(723.626)	2.410.213
Aumento (Redução) em relações de interdependências	6.878	(88.539)	100.662
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(201.864)	256.534	134.818
Aumento em outras obrigações	456.384	746.059	1.375.385
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	1.265	(1.046)	5.950
Caixa líquido originado em atividades operacionais	1.690.630	2.559.183	411.168
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	226	500	190
Aquisição de intangível	7	7	33
Caixa líquido originado em atividades de investimento	233	507	223
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	(44.984)	(44.984)	(35.350)
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	(44.984)	(44.984)	(35.350)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.645.879	2.514.706	376.041
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.977.400	1.108.573	732.532
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3.623.279	3.623.279	1.108.573
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.645.879	2.514.706	376.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balances patrimoniais

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	2016		2015		Passivo	2016		2015	
Circulante	10.547.635	8.993.098	Circulante	10.236.165	8.494.161				
Disponibilidades	41.174	8.574	Depósitos	1.983.943	514.230				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.806.810	1.220.064	Depósitos à vista	470	7.762				
Aplicações no mercado aberto	2.541.291	1.099.999	Depósitos interfinanceiros	320.229	319.536				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	265.519	120.065	Depósitos a prazo	1.663.244	186.932				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.792.258	982.430	Captações no mercado aberto	72.536	-				
Carteira própria	1.332.714	304.710	Carteira própria	72.536	-				
Vinculados a compromissos de recompra	72.252	-	Relações interdependências	17.591	106.130				
Vinculados à prestação de garantias	84.325	292.131	Recursos em trânsito de terceiros	17.591	106.130				
Instrumentos financeiros derivativos	302.967	385.589	Obrigações por empréstimos	4.716.836	5.245.252				
Relações interfinanceiras	1.570	7.554	Empréstimos no exterior	4.716.836	5.245.252				
Créditos vinculados:			Instrumentos financeiros derivativos	428.188	109.956				
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.443	7.456	Instrumentos financeiros derivativos	428.188	109.956				
Correspondentes	127	98	Outras obrigações	3.017.071	2.518.593				
Operações de crédito	486.082	375.104	Carteira de câmbio	2.917.965	2.426.586				
Operações de crédito - setor privado	562.515	375.377	Fiscais e previdenciárias	25.531	46.977				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(76.433)	(273)	Negociação e intermediação de valores	1.904	46				
Outros créditos	5.419.254	6.398.857	Diversas	71.671	44.984				
Carteira de câmbio	5.381.379	6.321.420	Exigível a longo prazo	351.162	507.535				
Rendas a receber	302	383	Depósitos	35.598	174.242				
Negociação e intermediação de valores	-	39.214	Depósitos a prazo	35.598	174.242				
Diversos	62.546	37.840	Depósitos Interfinanceiros	-	-				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(24.973)	-	Obrigações por empréstimos	-	195.210				
Outros valores e bens	487	515	Empréstimos no exterior	-	195.210				
Despesas antecipadas	487	515	Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336				
Realizável a longo prazo	548.988	613.092	Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	92.276	101.796	Outras obrigações	307.925	68.747				
Carteira própria	8.053	-	Carteira de câmbio	221.025	-				
Vinculados ao compromisso de recompra	504	-	Fiscais e previdenciárias	68.798	62.893				
Vinculados à prestação de garantias	75.212	97.718	Diversas	18.102	5.854				
Instrumentos financeiros derivativos	8.507	4.078	Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002				
Operações de crédito	79.320	374.612	Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002				
Operações de crédito - setor privado	79.320	374.612	Patrimônio líquido	505.546	599.792				
Outros créditos	377.392	136.684	Capital:						
Carteira de câmbio	215.900	-	De domiciliados no exterior	350.492	350.492				
Diversos	161.492	136.684	Reserva de capital	2.460	2.276				
Permanente	2.206	2.300	Reserva de lucros	152.594	247.024				
Investimentos	249	249							
Outros investimentos	249	249							
Imobilizado de uso	1.903	1.956							
Outras imobilizações de uso	12.294	11.794							
(-) Depreciações acumuladas	(10.391)	(9.838)							
Intangível	54	95							
Ativos Intangíveis	385	378							
(-) Amortização acumulada	(331)	(283)							
Total do ativo	11.098.829	9.608.490	Total do passivo	11.098.829	9.608.490				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Capital em reserva		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	350.492	1.699	32.217	181.318	-	565.726	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.853	71.853	
Reserva legal	-	-	3.593	-	(3.593)	-	
Outras reservas	-	577	-	-	-	577	
Dividendos	-	-	-	29.896	(32.910)	(3.014)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.350)	(35.350)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	350.492	2.276	35.810	211.214	-	599.792	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(16.536)	(16.536)	
Reserva estatutária	-	-	-	(61.520)	61.520	-	
Outras reservas	-	184	-	-	-	184	
Dividendos pagos	-	-	-	(32.910)	-	(32.910)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(44.984)	(44.984)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	350.492	2.460	35.810	116.784	-	505.546	
Saldos em 30 de junho de 2016	350.492	2.460	35.810	178.304	(3.712)	563.354	
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(12.824)	(12.824)	
Reserva estatutária	-	-	-	(61.520)	61.520	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(44.984)	(44.984)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	350.492	2.460	35.810	116.784	-	505.546	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas

do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideraram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *“hedge”* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de *“hedge”* são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre/exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período entre 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015 e a partir de 01 de setembro de 2015 a 20%, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. A majoração da alíquota aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo

acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério *“pro rata temporis”* para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do *“Value at Risk”*, aplicação de *“Stress Testing”* com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	41.174	8.574
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.806.810	1.099.999
Títulos e valores mobiliários	775.295	-
Total	3.623.279	1.108.573

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 2.541.291 (R\$ 1.099.999 em 2015) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários				
	De		Valor	2016
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima contábil/mercado	Custo atualizado

Carteira Própria				
Para negociação				
Letras do Tesouro				
Nacional	775.294	548.195	8.053	1.331.542
Notas do Tesouro				
Nacional	9.225	-	-	9.225
Total	784.519	548.195	8.053	1.340.767

Vinculados à Recompra				
Para negociação				
Letras do Tesouro				
Nacional	-	72.252	504	72.756
Total	-	72.252	504	72.756

Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do Tesouro				
Nacional	-	84.325	75.212	159.537
Total	-	84.325	75.212	159.537

Títulos e valores mobiliários				
	De		Valor	2015
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima contábil/mercado	Custo atualizado

Carteira Própria				
Para negociação				
Letras do Tesouro				
Nacional	186.982	17.260	-	204.242
Total	186.982	17.260	-	204.242

Mantidos até o vencimento				
Debêntures	100.468	-	-	100.468
Total	100.468	-	-	100.468

Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do Tesouro				
Nacional	-	278.129	97.718	375.847
Notas do Tesouro				
Nacional	-	14.002	-	14.002
Total	-	292.131	97.718	389.849

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Os títulos privados encontravam-se custodiados no Banco BNP Paribas Brasil S.A.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de *“hedge”* de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- *Hedge* - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
 - *Negociação* - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de *“hedge”* de clientes.
- Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBOVESPA ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos				
	De		Valor	2016
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima contábil/mercado	Custo atualizado

Ativo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	64	84.556	4.949	89.569
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	190.727	27.620	3.558	221.905
Totais por faixa de vencimento em 2016	190.791	112.176	8.507	311.474
Totais por faixa de vencimento em 2015	195.271	190.318	4.078	389.667

Passivo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	(28.228)	(3.049)	226	(31.051)
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	(159.403)	(236.439)	(7.865)	(403.707)
Outros	(1.069)	-	-	(1.069)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(188.700)	(239.488)	(7.639)	(435.827)
Totais por faixa de vencimento em 2015	(83.758)	(26.198)	(69.336)	(179.292)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Futuros	Termo	Swap	Total
Negociação				
Moeda estrangeira	721.965	9.102.686	595.832	10.420.483
Taxa de juros	10.609.325	-	817.784	11.427.109
Hedge - risco de mercado				
Taxa de juros	105.351	-	-	105.351
Total 2016	11.436.641	9.102.686	1.413.616	21.952.943
Total 2015	8.461.239	6.107.218	1.619.376	16.187.833

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA, foram requeridas margens no valor de R\$ 159.536 (R\$ 389.849 em 2015), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até julho 2018. O item objeto de *hedge* representado por operação de crédito (cédula de crédito bancário) e possuiu vencimento em até agosto de 2018, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos da operação-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste Mtm
Instrumento de <i>hedge</i>			
Futuros - DI	(86.813)	(105.351)	(18.538)
Objeto de <i>hedge</i>			
Operações de crédito	86.000	100.408	17.964

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2016		2015	
Futuros	(482.060)		(62.568)	
Swaps	271.578		(137.742)	
Termo	(311.084)		727.652	
Outros	(260)		-	
Total	(521.826)		526.342	

8 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito				
Setor privado	2016		2015	
Indústria (*)	417.425		534.955	
Comércio	-		47.244	
Outros serviços	224.370		167.783	
Pessoas físicas	40		6	
Total	641.835		749.988	

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 1.795 (R\$ 3.308 em 2015).

Adiantamento sobre contratos de câmbio

Setor privado	2016		2015	
Indústria	1.520.229		2.112.814	
Comércio	916.479		1.350.582	
Outros serviços	198.476		-	
Total	2.635.184		3.463.396	

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão				Valor da carteira				
	%	2016		2015		2016	2015	2016	2015
AA	-	-	-	2.196.373	4.207.604	-	-	-	-
A	0,5%	2.630	-	526.089	-	-	-	-	-
B	1%	2.312	-	231.216	-	-	-	-	-
C	3%	-	273	-	9.088	-	-	-	-
E	30%	96.464	-	321.545	-	-	-	-	-
Total		101.406	273	3.275.223	4.216.692	-	-	-	-

c) Vencimento

Vencimento				
	2016		2015	
A vencer até 90 dias	991.834		786.513	
A vencer de 91 a 360	2.185.064		3.046.899	
A vencer acima de 360	98.325		383.280	
Total	3.275.223		4.216.692	

d) Movimentação da provisão

Provisão				
	2016		2015	
Saldo inicial	273		2.054	
Constituição	319.134		4.488	
Reversão	(218.001)		(6.269)	
Saldo final	101.406		273	

Em 31 de dezembro de 2016 há operações renegociadas no montante de R\$ 248.249.

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2016		2015	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	3.876.859	108.248	4.760.491	
Direitos sobre venda de câmbio	1.451.137	107.652	1.512.106	
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	53.383	-	48.823	
Total	5.381.379	215.900	6.321.420	
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	1.385.193	113.373	1.600.536	
Obrigações por compra de câmbio	2.085.576	2.136.649	4.240.623	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(552.804)	(2.028.997)	(3.414.573)	
Total	2.917.965	221.025	2.426.586	

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	34.457	32.588	14.413	11.413
Impostos a compensar	23.236	236	16.492	5.969
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	127.846	-	103.601
Adiantamentos a funcionários e terceiros	179	25	182	-
Títulos e créditos a receber	-	-	-	11.441
Devedores diversos país	4.675	797	6.753	4.260
Total	62.546	161.492	37.840	136.684

11 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Sem Vencimento	De			Total
		Até 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito à vista	470	-	-	-	470
Depósito interfinanceiros	-	45.030	275.199	-	320.229
Depósito a prazo	-	1.092.610	570.634	35.598	1.698.842
Captações no mercado aberto	-	72.536	-	-	72.536
Total por faixas de vencimento em 2016	470	1.210.176	845.833	35.598	2.092.077
Total por faixas de vencimento em 2015	7.762	61.581	444.887	174.242	688.472

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 822.188 (US\$ 1.038.110 em 2015) que representa R\$ 2.679.099 (R\$ 4.097.202 em 2015), a taxa de juros de até 7% ao ano e vencimentos até outubro de 2017, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 625.360 (US\$ 344.000 em 2015) que representa R\$ 2.037.737 (R\$ 1.343.260 em 2015) com vencimentos até junho de 2017.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	9.846	-	8.507	-
Imposto de renda e contribuição social	13.746	-	16.755	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 15.c)	-	68.798	-	62.893
Impostos e contribuições diferidos	1.939	-	21.715	-
Total	25.531	68.798	46.977	62.893

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	38.237	-	30.085	-
Provisão para despesas de pessoal	9.234	2.123	8.140	1.780
Provisão para contingências (Nota 15.b)	-	10.964	-	3616
Provisão para perdas com avais e fianças	21.627	-	823	-
Diversos	2.573	5.015	5.936	458
Total	71.671	18.102	44.984	5.854

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2015		Baixas/ Reversões		31/12/2016	
Trabalhistas	3.616	11.229	(3.881)		10.964	
Total	3.616	11.229	(3.881)		10.964	

	31/12/2014		Baixas/ Reversões		31/12/2015	
Trabalhistas	579	3.037	-		3.616	

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 20.087 (R\$ 19.237 em 2015). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial aguarda a citação para recorrer à esfera judicial.

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 10.119 (R\$ 7.989 em 2015). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 5.753 (R\$ 5.359 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.004 (R\$ 4.729 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.482 (R\$ 2.343 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 9.853 (R\$ 8.693 em 2015).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais" (Nota 13). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 24.515 (R\$ 23.196 em 2015), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 15.915 (R\$ 14.775 em 2015) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 21.178 (R\$ 19.277 em 2015). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 32.071 (R\$ 30.178 em 2015), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 22.759 (R\$ 20.719 em 2015), depósitos vinculados a Anistia R\$ 20.136 (R\$ 18.996 em 2015), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 21.803 (R\$ 19.733 em 2015), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.237 (R\$ 4.798 em 2015), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 4.798 (não havia em 2015), e dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 10.118 (não havia em 2015). O saldo remanescente de R\$ 10.924 (R\$ 9.183 em 2015) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2016		2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Operações de crédito	2.689.255	-	61.764	3.656.941
Empréstimos do exterior	-	2.679.099	(51.608)	-
O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 10.156 (R\$ 2.634 em 2015).				

Não existem operações ativas vinculadas em situação de inadimplência e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nessas operações.

17 Patrimônio líquido
O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio. Conforme Declaração/Deliberação elaborada em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 44.984 relativo ao exercício de 2016, cuja remessa foi efetuada em 30 de janeiro de 2017.

Conforme Declaração/Deliberação, realizada em 21 de janeiro de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais relativos ao lucro remanescente do exercício de 2015, cuja remessa foi efetuada em 27 de janeiro de 2016 no valor de R\$ 32.910.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 67.044 (R\$ 25.826 em 2015).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos				
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Outras provisões temporárias	23.828	132.756	(89.539)	67.045
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	6.047	(8.045)	-
Total	25.826	138.803	(97.584)	67.045

Créditos tributários diferidos				
	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Contribuição social - artigo 18 da MP 2.158-35	376	-	(376)	-
Outras provisões temporárias	22.700	101.057	(99.929)	23.828
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	3.833	31.498	(33.333)	1.998
Total	26.909	132.555	(133.638)	25.826

O saldo de outras provisões temporárias é basicamente composto por provisões sobre operações de crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 55.365 (R\$ 493 em 2015) e provisões para PIS e COFINS Contingencial no valor de R\$ 9.530 (R\$ 8.675 em 2015).

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 1.940 (R\$ 21.716 em 2015).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	
	2016
Ano-calendário 2017	34.457
Ano-calendário 2018	30.618
Ano-calendário 2019	-
Ano-calendário 2020	-
Ano-calendário 2021	1.969
Imposto de renda e contribuição social diferido	67.044

Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 57.904 (R\$ 21.133 em 2015), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apuração de imposto de renda e contribuição social				
	2016		2015	
	Imposto de renda	tribuição social	Imposto de renda	tribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	(63.784)	(63.784)	113.522	113.522
(-) JCP	(44.984)	(44.984)	(35.350)	(35.350)
(-) Participações nos resultados	-	-	(1.451)	(1.451)
Resultado antes dos impostos ajustado	(108.768)	(108.768)	76.721	76.721
Adições ou exclusões temporárias	144.732	144.732	(28.175)	(28.175)
Ajuste contábil referente futuros	47.796	47.796	(35.761)	(35.761)
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	(34.661)	(34.661)	7.006	7.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.938	121.938	(958)	(958)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	3.702	3.702	(480)	(480)
Provisão para gratificações				

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Base tributável	36.167	26.176	48.936	34.255
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(5.425)	(5.235)	(7.340)	(5.138)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(3.593)	-	(4.870)	-
Redução de imposto por incentivos	507	-	594	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(8.511)	(5.235)	(11.616)	(5.138)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	(731)	(309)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.511)	(5.235)	(12.347)	(5.447)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(34.661)	(34.661)	7.006	7.006
Provisões não dedutíveis temporariamente	127.359	122.437	(1.113)	(1.113)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(9.991)	-	(14.681)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	4.924	-	-
Outras diferenças temporárias	47.831	47.831	(60.894)	(60.894)
Base tributável diferida	140.530	130.541	(55.001)	(69.682)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.132	25.862	(13.750)	(8.850)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	736	441
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.132	25.862	(13.014)	(8.409)

(a) Ajuste referente a Futuros DDI do exercício de 2014.

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação	2016		2015	
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(470)	(7.762)		
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(275.198)	(319.356)		
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(72.536)	-		
Empréstimos no exterior	Controladora	(3.875.405)	(3.253.229)		
Outros créditos - câmbio	Controladora	1.439.078	915.086		
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(1.498.566)	(1.343.259)		
Outras obrigações - diversas	Controladora	(420)	-		
Juros sobre o capital próprio	Controladora	(38.237)	(30.085)		
Receitas/(despesas)					
Resultado de câmbio	Controladora	(45.865)	(19.905)		
Outras receitas operacionais	Controladora/Outras partes relacionadas	20.798	15.868		
Despesas de depósitos a prazo	Outras partes relacionadas	-	(663)		
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(109)	(30)		
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(34.334)	(31.845)		
Resultado de empréstimos no exterior	Controlador	929.313	(753.272)		
Despesas com juros sobre o capital próprio	Controladora	(44.984)	(35.350)		

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN. A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 4.581 (R\$ 4.044 em 2015) de remuneração fixa, e de R\$ 2.271 (R\$ 1.928 em 2015) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance

Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local. No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 184 (R\$ 577 em 2015), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

20 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 672.973 (R\$ 623.133 em 2015).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do índice de Basileia era de 22,6% (19,9% em 2015).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 790 (R\$ 639 em 2015).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 6.685 (R\$ 6.045 em 2015), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 2.696 (R\$ 2.459 em 2015), alugueis R\$ 3.787 (R\$ 3.581 em 2015), serviços técnicos especializados R\$ 5.204 (R\$ 3.851 em 2015), serviços de terceiros R\$ 1.790 (R\$ 2.732 em 2015), despesas com comunicação R\$ 987 (R\$ 1.107 em 2015) e despesa com manutenção e conservação R\$ 1.445 (R\$ 1.419 em 2015).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 20.798 (R\$ 13.678 em 2015), e atualização de depósitos judiciais R\$ 8.387 (R\$ 7.735 em 2015).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 4.841 (R\$ 4.424 em 2015).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de fevereiro de 2016, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 27 de março de 2017

 Luciana Liberal Sâmia
 Contadora CRC 1SP198502/O-8